



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**TERMO ADITIVO Nº 3 AO CONTRATO Nº 20/2017.**

**TERMO ADITIVO Nº 3 AO CONTRATO Nº 20/2017**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N. [0000914-12.2017.6.22.8000](#)**

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 17/2017**

**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA SETOPAR - SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DO OESTE DO PARANÁ EIRELI - ME, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO, CONSISTENTES EM POSTOS DE ALMOXARIFE, PARA TRABALHAREM PRIORITARIAMENTE NA CONSERVAÇÃO DE URNAS ELETRÔNICAS DO TRE-RO.**

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, doravante denominado **CONTRATANTE**, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-901, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, neste ato representado por seu Presidente, **Desembargador MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1010832 – TJ/RO e CPF nº. 001.875.388-40, neste ato denominado **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa **SETOPAR - SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DO OESTE DO PARANÁ EIRELI - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 03.637.701/0001-24, com sede na Rua Benedito Montenegro n. 1015, bairro Jardim Alvorada, CEP 87.035-200, Município de Maringá, Estado do Paraná, Telefones: (44) 3228-0577 e (44) 99727-6783, E-mail: [setopar@outlook.com](mailto:setopar@outlook.com), neste ato representada pelo Senhor **JULIO CÉSAR DE PAULA SOUZA BARBOSA**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.894.592-X/SESP-SP, CPF nº 137.877.188-50, Telefones: (44) 3040-0677 e (45) 99921-4323, E-



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

mail: [liciteconosco@gmail.com](mailto:liciteconosco@gmail.com), doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com o Ato de Autorização constante na DECISÃO n. 94/2020-ASSPRES (evento 0608607), celebram, mediante acordo entre as partes, o presente termo aditivo, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:

**DO OBJETO**

**(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 20/2017 (evento [0247313](#)) por mais 12 (doze) meses a partir de 19/12/2020, com prazo final em 18/12/2021.

**Subcláusula única** – O histórico desta contratação consta no anexo I deste instrumento.

**DO VALOR**

**(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O valor total do presente termo aditivo é de **R\$ 223.126,72** (duzentos e vinte e três mil cento e vinte e sei reais e setenta e dois centavos), correspondendo ao custo mensal atual do contrato de R\$ 17.346,24 (dezessete mil trezentos e quarenta e seis reais e vinte e quatro centavos) durante os 12 meses de prorrogação mais eventuais despesas com horas extras, diárias e passagens (evento [0589293](#)).

**Subcláusula única** - O valor atualizado deste contrato, para fins de cômputo do limite máximo de eventuais acréscimos e supressões permitidos legalmente (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010–Plenário), é de R\$ 223.126,72.

**DA GARANTIA**

**(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/93)**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Para assegurar a plena execução do presente ajuste e com fundamento nos termos do art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/93, a CONTRATADA obriga-se a apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura deste Aditivo, renovação da **GARANTIA**, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, no valor de **R\$ 11.156,33** (onze mil cento e cinquenta e seis reais e trinta e três centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor deste aditivo.

**Subcláusula única** – A apresentação da Garantia deverá seguir as exigências da Cláusula Quinta do Contrato originário (evento [0247313](#)).

**DO FUNDAMENTO LEGAL**

**(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA QUARTA** - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no Art. 57, II, da Lei 8.666/93 e na Cláusula Segunda do Contrato originário.

**DA RATIFICAÇÃO**

**CLÁUSULA QUINTA** - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Originário e não alteradas pelos aditivos e apostilas posteriores.

**DA PUBLICAÇÃO**

**(Art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SEXTA** - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Termo, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 28 de outubro de 2020.

<b>Desembargador MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA</b> Pelo Contratante	<b>JULIO CÉSAR DE PAULA SOUZA BARBOSA</b> Pela Contratada
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha

**ANEXO I DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 20/2017**

**HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO**

**Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos aditivos/apostilas:**

<b>Contrato/Aditivo/Apostila (Objetos, valores, datas de assinatura e de vigência)</b>	<b>Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila</b>	<b>Percentual de acréscimo/supressão de cada aditivo em relação ao valor inicial atualizado do contrato (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)</b>
Contrato n. 20/2017 (assinado em 18/12/2017) – Volume V do PA (evento n. <a href="#">0247313</a> ) Vigência: 12 meses, a contar de 18/12/2017, podendo ser prorrogado. (garantia: R\$ 10.080,42)	R\$ 201.608,48	-
1ª Apostila (assinada em 29/11/2018) – Volume VIII do	R\$ 3.176,24	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PA (evento n. <a href="#">0367068</a> ) Repactuação de 1,015% sobre o contrato, a contar de 1º/01/2018. Valor total: R\$ 3.176,24 (garantia: R\$ 158,81)		
1º Termo Aditivo (assinado em 30/11/2018) – Volume VIII do PA (evento n. 0367923) Prorrogação da vigência por 12 meses, a contar de 19/12/2018 até 18/12/2019. (garantia: R\$10.239,24)	R\$ 204.784,72	-
2ª Apostila (assinada em 09/08/2019) – Volume X do PA (evento n. <a href="#">0443582</a> ) Repactuação de 1,044% sobre o contrato, a contar de 1º/01/2019. Valor total: R\$ 9.162,16 (garantia: R\$ 458,11)	R\$ 9.162,16	-
2º Termo Aditivo (assinado em 27/11/2019) – Volume XI do PA (evento n. <a href="#">0481207</a> ) Prorrogação da vigência por 12 meses, a contar de 19/12/2019 até 18/12/2020. (garantia: R\$ 10.697,34)	R\$ 213.946,88	-
3ª Apostila (assinada em 17/09/2020) – Volume XIII do PA (evento n. <a href="#">0589293</a> ) Repactuação de 4,29% sobre o contrato, a contar de 1º/01/2020. Valor total: R\$ 9.179,84 (garantia: R\$ 458,99)	R\$ 9.179,84	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3º Termo Aditivo (assinado em ____/10/2020) – Volume XIV do PA (evento n. <a href="#">0613340</a> )  Prorrogação da vigência por 12 meses, a contar de 19/12/2020 até 18/12/2021.  (garantia: R\$ 11.156,33)	R\$ 223.126,72	-
--	----------------	---

\*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

<b>VALOR ATUALIZADO CONTRATO PARA FINS CÔMPUTO DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES</b> – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	<b>R\$ 223.126,72</b>
<b>PERCENTUAL TOTAL DE ACRÉSCIMOS/SUPRESSÕES DESTA CONTRATAÇÃO EM RELAÇÃO AO VALOR INICIAL ATUALIZADO CONTRATO</b> – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	<b>0,00%</b>



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Alaor Diniz Grangeia, Presidente**, em 28/10/2020, às 17:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 28/10/2020, às 17:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 29/10/2020, às 07:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JÚLIO CÉSAR DE PAULA SOUZA BARBOSA, Usuário Externo**, em 29/10/2020, às 10:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 29/10/2020, às 11:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0613340** e o código CRC **53E116B9**.

0000914-12.2017.6.22.8000

0613340v2

Criado por 006007062364, versão 2 por 006007062364 em 28/10/2020 14:20:50.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**SOLICITAÇÃO Nº 19/2020 - PRES/DG/STIC/COSUPUE**

AO GABSAOFC,

**Senhor Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade,**

Considerando a iminência da expiração da vigência do Contrato Administrativo n. 20/2017 em 18/12/2020, conforme TERMO ADITIVO Nº. 2 ([0481207](#));

Considerando a possibilidade de prorrogação a critério da contratante nos termos do art. 57, II, da Lei 8.666/93, conforme estabelecido em sua Cláusula Quarta;

Considerando a necessidade de tais serviços no âmbito desta Justiça Eleitoral, nos moldes e quantitativo contratados;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Considerando que tais serviços são de caráter contínuo e estão sendo prestados a contento pela empresa contratada;

Considerando que após ser consultada a contratada **manifestou interesse** na prorrogação do contrato, conforme documentos juntados ([0597034](#)) e ([0599870](#));

Trata-se de processo administrativo no qual o TRE/RO contratou a empresa **SETOPAR- Serviços Terceirizados do Oeste do Paraná EIRELI –ME, para a prestação** de serviços continuados de Apoio Administrativo, consistentes no fornecimento de 04 (quatro) postos de Almoxarifes, para trabalharem, prioritariamente, na conservação das urnas eletrônicas de propriedade da Justiça Eleitoral de Rondônia, nos termos registrados no Contrato Administrativo n. 20/2017 ([0247313](#)) e Segundo Termo Aditivo ([0481207](#)), com vigência até 18/12/2020.

Esta unidade **sugere a prorrogação do mencionado contrato pelo mesmo período inicialmente contratado de 12 (doze) meses, ou seja, de 19/12/2020 a 18/12/2021, sendo esta a terceira prorrogação de 12 meses.**

O valor total da prorrogação é de **R\$ 223.126,72** (duzentos e vinte e três mil cento e vinte e seis reais e setenta e dois centavos), já considerando a repactuação de 2020, conforme Apostila 03 ([0589293](#)).

Para a prorrogação pretendida não há necessidade de reforço no empenho do exercício de 2020.

Ante o exposto, encaminho os autos para análise e deliberações superiores.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **PLÍNIO MARTINS DE OLIVEIRA, Coordenador(a)**, em 05/10/2020, às 16:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0599886** e o código CRC **007C20AC**.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

---

0000914-12.2017.6.22.8000

0599886v3

---

Criado por 009169402372, versão 3 por 009169402372 em 05/10/2020 16:28:58.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0000914-12.2017.6.22.8000

INTERESSADO: STI/COSUPE

ASSUNTO: Contrato n. 20/2017 – Contratada: SETOPAR – Serviços Terceirizados do Oeste do Paraná EIRELI - ME – Análise da prorrogação e Minuta de Termo Aditivo n. 03.

### **PARECER JURÍDICO Nº 223 / 2020 - PRES/DG/AJDG**

#### **I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação da empresa SETOPAR – Serviços Terceirizados do Oeste do Paraná EIRELI – ME, inscrita no CNPJ sob n. 03.637.701/0001-24, para prestar serviços continuado de apoio administrativo, consistente no fornecimento de 04 (quatro) postos de almoxarifados, dimensionada para 12 (doze) meses, a partir de 18/12/2017, com possibilidade de prorrogação, nos termos registrados no Contrato Administrativo n. 20/2017 ([0247313](#)), e Segundo Termo Aditivo ([0481207](#)), com vigência até 18/12/2020, atualmente em plena execução.

**02.** O interesse da prorrogação do ajuste veio aos autos por meio da Solicitação 19 PRES/DG/STIC/COSUPUE ([0599886](#)), na qual a unidade sugere a prorrogação do mencionado contrato pelo mesmo período inicialmente contratado de 12 meses. Informa que não há necessidade de reforço no empenho do exercício de 2020 e encaminha os autos ao GABSAOFC e junta a anuência da contratada no evento [0599870](#).

**03.** Pelo Despacho n. 1725/2020 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0601952](#)) a SAOFC encaminhou os autos para a SECONT visando elaboração da minuta do Termo Aditivo e COFC



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

para programação orçamentária da despesa e por último a AJDG para análise e emissão de parecer jurídico.

**04.** A COFC informou nos autos que por se tratar de despesa a ocorrer somente no exercício de 2021 não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária por depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2021, atualmente em tramitação no Congresso Nacional [PLN nº 28/2020-CN](#). Mas registra que na elaboração da proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2021, processo nº [0000058-43.2020.6.22.8000](#), fora informado ao TSE o montante supra identificado destinado a despesas com o objeto dessa contratação.

**05.** A Minuta do terceiro Termo Aditivo foi juntada no evento [0603658](#). Assim instruídos os autos vieram a esta Assessoria Jurídica. **É o necessário relato.**

## **II – ANÁLISE JURÍDICA**

### **2.1. PRORROGAÇÃO**

**06.** Conforme relatado na Solicitação COSUPUE ([0599886](#)) há necessidade de prorrogação, por mais 12 meses, do contrato de prestação de serviços em comento, firmado entre este Tribunal e a empresa SETOPAR – Serviços Terceirizados do Oeste do Paraná EIRELI – ME.

**07.** A Lei nº 8.666/93, em seu art. 57, II, prevê que os contratos de serviços contínuos podem ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosa para a administração, limitada a 60 (sessenta meses). Veja-se:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I – [...]

II – **a prestação de serviços a serem executados de forma contínua**, que poderão ter a sua duração prorrogada por **iguais e sucessivos períodos** com vistas a obtenção de **preços e condições mais vantajosas** para a Administração, limitada a sessenta meses. (Negritou-se).

**08.** O primeiro requisito para se permitir a prorrogação do contrato administrativo é que o serviço seja prestado de **forma contínua**. Com efeito, a prestação de serviços aqui tratada tem natureza contínua, já que não poderá sofrer interrupção sem prejuízo as atividades de



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

conservação das urnas eletrônicas de propriedade desta Justiça Especializada. Veja-se a classificação da Corte de Contas:

Serviços de natureza contínua são serviços auxiliares e necessários à Administração no desempenho das respectivas atribuições. São aqueles que, se interrompidos, podem comprometer a continuidade de atividades essenciais e cuja contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro. O que é contínuo para determinado órgão ou entidade pode não ser para outros. São exemplos de serviços de natureza contínua: vigilância, limpeza e conservação, manutenção elétrica, manutenção de elevadores, manutenção de veículos etc. (*Manual de Licitações e Contratos 2010*, pág. 772).

**09.** O segundo requisito vem consubstanciado na assertiva - **“iguais e sucessivos períodos”**. O presente contrato, vigente a partir de 19/12/2019, com prazo de duração de 12 (doze) meses, será prorrogado pela segunda vez à conveniência da Administração, pelo mesmo período inicial de 12 (doze) meses. Também, verifica-se, que o limite de 60 (sessenta) meses, previsto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, com a pretensa prorrogação se não será ultrapassado, pois totalizará o íterim de 36 (trinta e seis) meses.

**10.** O terceiro e último requisito reside em **preços e condições mais vantajosas para a Administração.**

**11.** Conforme reiterada orientação jurisprudencial da **Corte de Contas Nacional**, referida aferição dever ser realizada por meio de **pesquisa atual de preços no mercado:**

### **Acórdão TCU 1913/2006 – 2ª Câmara:**

**1.1.1.7.** Nas prorrogações de contratos, com ou sem repactuação de preços, observe como indispensável, a prática de consulta/pesquisa de preços de mercado de modo a aferir se as condições e preços contratados continuam mais vantajosos para a administração, na forma preconizada no art. 57, II, da Lei 8.666/93, bem como faça constar manifestação formal e fundamentada, nos casos de eventual discordância da autoridade administrativa ao parecer da área jurídica.

### **Acórdão TCU 740/2004 – Plenário:**

[...] no caso de prorrogação de serviços de execução continuada, instruir os processos administrativos comprovando que a prorrogação é mais vantajosa para a Administração, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

**12.** Contudo o TCU formulou recomendações à SLTI/MPOG e à AGU no intuito de implementar melhorias nos procedimentos de licitação e de execução de contratos para a prestação de serviços de natureza contínua, consubstanciadas no **Acórdão 1214/2013-TCU – Plenário**. Entre essas, a Corte de Contas Nacional alterou seu tradicional entendimento, fixando a seguinte orientação no tocante à aferição da vantajosidade nas prorrogações dos contratos:

### **Acórdão 1214/2013-TCU – Plenário:**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**9.1.17** a vantajosidade econômica para a prorrogação dos contratos de serviço continuada estará assegurada, **dispensando a realização de pesquisa de mercado, quando:**

**9.1.17.1** houver previsão contratual de que os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em convenção, acordo coletivo de trabalho ou em decorrência da lei;

**9.1.17.2** houver previsão contratual de que os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei) e materiais serão efetuados com base em índices oficiais, previamente definidos no contrato, que guardem a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais insumos ou materiais;

**9.1.17.3** no caso de serviços continuados de limpeza, conservação, higienização e de vigilância, os valores de contratação ao longo do tempo e a cada prorrogação forem inferiores aos limites estabelecidos em ato normativo da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MP. Se os valores forem superiores aos fixados pela SLTI/MP, caberá negociação objetivando a redução dos preços de modo a viabilizar economicamente as prorrogações de contrato; (negritou-se)

**13.** Referidas orientações foram normatizadas pelo **Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPDG, inicialmente por meio da Instrução Normativa 02/2008 e, posteriormente, pela Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017**, a qual revogou aquele normativo, cujo item 7 do Anexo IX, assim dispõe:

**7.** A vantajosidade econômica para prorrogação dos contratos com mão de obra exclusiva estará assegurada, sendo dispensada a realização de pesquisa de mercado, nas seguintes hipóteses:

a) quando o contrato contiver previsões de que os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou em decorrência de lei;

**14.** Destarte, o contrato em análise preenche os requisitos normativos definidos no item supra do Anexo IX, da IN MPDG/SLTI nº 05/2017, uma vez que a cláusula 26ª do ajuste em comento estabelece o reajuste em sentido estrito por meio de Convecção Coletiva SINTELPES/RO X SEAC/RO.

**15.** Nesses termos, poderá a Administração autorizar a prorrogação por mais 12 (doze) meses, com fundamento no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

## **2.2. DA ATUALIZAÇÃO DA GARANTIA**

**16.** Ressalte-se que o Contrato n. 20/2017 ([0247313](#)) estabeleceu a obrigação de a Contratada oferecer garantia contratual, nos seguintes termos, *in verbis*:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA QUINTA** – Para assegurar a plena execução deste Contrato e com fundamento nos termos do art. 56, § 2º, da Lei n. 8.666/93, a **CONTRATADA** deverá apresentar **GARANTIA no valor de R\$ 10.080,42** (Dez mil, oitenta reais e quarenta e dois centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total deste instrumento contratual, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666/93 e art. 19, XIX, da IN nº 02/2008 da SLTI/MPOG.

[...]

**Subcláusula Sétima** – A garantia deverá ser renovada e complementada a cada aditamento ou apostilamento da presente contratação.

**17.** A Corte de Contas orienta no sentido de que: “**Se o objeto for acrescido ou suprido, a garantia deve ser atualizada em igual proporção**” (Manual de Licitações e Contratos 4<sup>a</sup> Edição, revista, atualizada e ampliada, página 739). Diz ainda as deliberações do TCU:

O agente público que deixa de exigir da contratada a prestação das garantias contratuais, conforme previsto no art. 56 da Lei n. 8.666/1993, responde pelos prejuízos decorrentes de sua omissão, bem como às penas previstas nos arts. 57 e 58 da Lei n. 8.443/92. Acórdão 859/2006 Plenário (Sumário) (Grifou-se)

Mantenha atenta observação acerca da validade das garantias contratuais fornecidas pelos contratados, resguardando o direito da Administração caso necessite utilizá-las, em obediência ao art. 55, VI c/c art. 66, caput, da Lei n.8.666/1993. Acórdão 265/2010 Plenário. (Grifou-se)

Exija, como condição necessária a assinatura de contratos e termos de aditamento, de comprovação de que tenham sido prestadas as garantias previstas no instrumento convocatório, na forma do art. 56 da Lei n. 8.666/1993. Acórdão 1573/2008 Plenário. (Grifou-se)

**18.** Nessa linha, deverá a contrata ser **notificada** para apresentar nova garantia no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o novo patamar financeiro do contrato, dimensionada para a cobertura das obrigações, em cumprimento à obrigação imposta pela CLÁUSULA QUINTA do ajuste, conforme já sistematizado na Cláusula Terceira da minuta constante do evento 0603658.

### **2.3 - ANÁLISE DA MINUTA DO 2º TERMO ADITIVO**

**19.** A minuta do 3º Termo Aditivo, sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

## **III– CONCLUSÃO**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**20. Pelo exposto**, com escopo nos elementos existentes nos autos, na linha dos fundamentos fáticos e jurídicos descritos neste parecer, opina esta Assessoria pela possibilidade jurídica da prorrogação contratual por mais 12 (doze) meses, mantidos os demais termos e condições pactuados, materializada em Termo Aditivo, com a necessária renovação da garantia, com fundamento na CLÁUSULA QUINTA c/c sua Subcláusula Sétima do Contrato n. 20/2017, visto que presentes os requisitos legais previstos no art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, **condicionada à demonstração de regularidade fiscal e trabalhista da contratada.**

**21.** Por fim, para cumprimento do art. 38, Parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **aprova** os termos da minuta carreada aos autos ([0603658](#)).

**22.** Ressalte-se, por relevante, que esta unidade jurídica analisou os aspectos jurídicos do pedido a ela submetidos, já que não lhe incumbe regimentalmente pronunciar-se acerca de outras questões, como os valores decorrentes dos atos registrados, dado seu caráter eminentemente técnico.

À consideração da autoridade superior.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 15/10/2020, às 18:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0606154** e o código CRC **98908501**.

0000914-12.2017.6.22.8000

0606154v5

Criado por 004891562321, versão 5 por 004891562321 em 15/10/2020 18:08:35.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0000914-12.2017.6.22.8000

INTERESSADO: Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

ASSUNTO: Prorrogação da vigência do Contrato 20/2017.

**DECISÃO Nº 94 / 2020 - PRES/GABPRES**

Vistos.

Após regular procedimento licitatório, este Tribunal firmou o Contrato 20/2017 com a empresa SETOPAR – Serviços Terceirizados do Oeste do Paraná EIRELI – ME, tendo como objeto a prestação de serviços de apoio administrativo, consistente no fornecimento de 04 (quatro) postos de almoxarifados para trabalharem prioritariamente na conservação das urnas eletrônicas de propriedade da Justiça Eleitoral de Rondônia (evento [0599886](#)).

Referido contrato tinha vigência de 12 (doze) meses contados a partir de 18/12/2017, com possibilidade de prorrogação, a critério da Administração, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93, consoante cláusula segunda. Por meio das Decisões 600 e 634 (eventos 0366061 e 0479388), foram autorizadas repactuações, a primeira com vigência 19/12/2018 a 18/12/2019 e a segunda de 19/12/2019 a 18/12/2020, devidamente formalizadas, conforme Termos Aditivos encartados nos eventos 0367923 e 0481207.

Agora, os autos foram novamente impulsionados pela unidade gestora com a informação de que a vigência do referido contrato expira em 18/12/2020.

Diante de tal fato, considerando que tais serviços são de caráter contínuo e estão sendo prestados a contento pela empresa contratada, bem como a manifestação de interesse da contratada contida nos eventos 0597034 e 0599870, solicita o gestor do contrato a prorrogação de sua vigência para o período de 19/12/2020 a 18/12/2021 (Solicitação 19 – evento [0599886](#)).

Registrou ainda o gestor, na citada solicitação, que o valor total atualizado deste contrato passa a ser de R\$ 223.126,72 (duzentos e vinte e três mil cento e vinte e seis reais e setenta e dois centavos), já



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

considerando a repactuação de 2020, conforme Apostila 03 (evento [0589293](#)), dispensando a prorrogação pretendida de reforço no empenho do exercício de 2020.

Quanto ao aspecto orçamentário, registra a COFC que, por se tratar de despesa que será implementada somente no exercício 2021 não é possível a programação e consequente reserva orçamentária neste momento, vez que depende da aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2021, atualmente em tramitação no Congresso Nacional [PLN nº 28/2020-CN](#).

Registra, ainda, a COFC que se trata de dotação orçamentária consignada ao TSE na elaboração da lei de orçamento, descentralizada a este TRE-RO no início do exercício respectivo, e que na elaboração da proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2021, processo nº [0000058-43.2020.6.22.8000](#), fora informado ao TSE o montante destinado a despesas com o objeto dessa contratação.

Instada a se manifestar, a Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral, por considerar presentes os requisitos legais previstos no art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, concluiu pela viabilidade jurídica da prorrogação contratual solicitada, com a necessária renovação da garantia, mantidos os demais termos e condições pactuados. Ressaltou, ainda, a imprescindibilidade da **demonstração, pela contratada, de sua regularidade fiscal e trabalhista e aprovou os termos da Minuta do Termo Aditivo nº 3 ao Contrato nº 20/2017**, constante do evento 0603658.

No mesmo sentido do parecer da AJDG são as manifestações da SAOFC e da DG (eventos 0606278 e 0606937).

Ante os documentos e informações constantes dos autos e, em especial, considerando o teor do Parecer Jurídico (evento [0606154](#)), cujos fundamentos adoto como razões de decidir, e das Manifestações da SAOFC e DG (eventos [0606278](#) e [0606937](#)), DECIDO:

- a) **AUTORIZAR a terceira prorrogação do Contrato Administrativo n. 20/2017** (evento [0247313](#)), com vigência até 18/12/2020 (evento [0481207](#)), por mais 12 (doze) meses, a contar de 19/12/2020 a 18/12/2021, fulcro [artigo 57, II, Lei nº 8.666/1993](#) c/c a Cláusula Segunda do referido Contrato;
- b) **Determinar a NOTIFICAÇÃO** da empresa contratada para **demonstrar sua regularidade** com a Receita Federal do Brasil (RFB), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Justiça do Trabalho e CNJ, por meio de certidões atualizadas, que deverão ser juntadas a estes autos, antes da assinatura do aditivo, **se for o caso; e**
- c) **Determinar a NOTIFICAÇÃO** da empresa contratada para **renovação da garantia contratual**, em uma das modalidades previstas no [§ 1º do art. 56 da Lei n. 8.666/9](#), no **prazo máximo de 10 (dez) dias úteis** a contar da assinatura do aditivo contratual, no valor de **R\$ 11.156,33** (onze mil cento e cinquenta e seis reais e trinta





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e três centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da presente prorrogação, com fundamento no [§ 2º do art. 56 da Lei n. 8.666/93 c/c Cláusula Quinta do Contrato Originário](#).

À Diretoria-Geral e SAOFC, para ciência e adoção das providências decorrentes desta Decisão.

Porto Velho, 20 de outubro de 2020.

**Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia**

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Alaor Diniz Grangeia, Presidente**, em 28/10/2020, às 17:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 28/10/2020, às 17:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0608607** e o código CRC **20A21AA5**.